

UFRRJ
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS E EXATAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS

Distribuição de renda no Brasil no período de 1994 – 2002
Um enfoque sobre os efeitos do Plano Real

Guaraci de Castro Almeida

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUI TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1994 – 2002
UM ENFOQUE SOBRE OS EFEITOS DO PLANO REAL**

GUARACI DE CASTRO ALMEIDA

Sob a orientação da professora

Diná Andrade Lima Ramos

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da UFRRJ - Unidade Acadêmica de Três Rios

Três Rios, RJ.
Novembro de 2011

*Para minha esposa e meu filho,
Márcia e Davi.*

*Agradeço à todos que me
incentivaram e apoiaram nesses
anos de labuta intensa.*

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho monográfico é a de traçar um comparativo entre Plano Real e sua ligação com a redução da desigualdade e a renda do trabalhador brasileiro no período de 1994 a 2002.

O ganho de renda do trabalhador, a inflação, as reduções das desigualdades serão tratados em função da estabilidade ocorrida em função do Plano. Para atender ao propósito desta dissertação buscaremos demonstrar a redução do número de miseráveis e da ascensão de classes sociais no período.

Será revisada parte da literatura sobre o tema, com coletas de dados sobre o Salário Mínimo e o seu poder de compra em base de dados oficiais do Governo e entidades de pesquisas; sistematização de dados secundários; com uma análise comparativa do objeto de pesquisa na base temporal estabelecida. Tendo como resultados esperados demonstrar a variação da inflação no período estudado e a redução das desigualdades.

Parte-se do princípio que a desigualdade de renda é imanente ao modo de produção capitalista e que a atuação do Estado, via regulação, se faz necessária para reduzir a assimetria na relação entre capital e trabalho. Em meio a discussões sobre como se vive com tamanha desigualdade, e como diminuir a pobreza.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	06
2 – ANALISE ECONOMICA DO PERIODO 94 – 2002	07
2.1 – A Criação do Plano Real	07
2.2 – A Inflação	08
2.3 – O Novo Cenário	09
3 – A RENDA NO BRASIL	12
3.1 – A Distribuição de Renda	12
3.2 – O Comportamento da renda	13
4 –DESIGUALDADES	18
4.1 – Desigualdade Social	18
4.2 – A Pobreza	19
5 – CONCLUSÃO	21
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1 INTRODUÇÃO

A criação do Plano Real e as suas consequências na economia e sociedade brasileira, como a queda da inflação, o crescimento do valor do salário mínimo em relação à cesta básica, o controle da inflação é o foco deste trabalho.

As mudanças sociais ocorridas no Brasil neste período passando por uma etapa de pré-plano econômico a consolidação da nova moeda e as mudanças ocorridas.

Verifica-se uma valorização do salário mínimo após a implantação do plano real, com as mudanças socioeconômicas que ocorreram na sociedade brasileira e a valorização da renda do trabalhador assalariado.

A desigualdade Social que tem sido motivo de tanta discussão em nosso país e no mundo, não pode continuar afetando a todos, não podemos acomodar-se com esta situação. Todas as correntes do pensamento humano trabalham para a solução deste problema, todos são unânimes em procurar um caminho para reduzi-la.

Na década de 90, observa-se uma valorização do Salário mínimo, vários projetos sociais foram criados de forma a contribuir com a redução das desigualdades de renda pessoal do trabalho e no combate a pobreza no país. Apenas a política do Salário Mínimo não promoverá a redução das desigualdades da renda e ganhos na qualidade de vida, entretanto, é um instrumento eficaz na melhoria da condição de vida dos trabalhadores. Isso quando esta política gera ganhos reais.

O texto é dividido em duas partes, o que trata da criação e implementação do Plano Real e seu efeito sobre a inflação e geração de empregos no período. Na segunda parte trata da renda no Brasil, sua distribuição e os efeitos do salário sobre as desigualdades, mesmo que de forma reduzida houve um ganho de renda para o trabalhador.

2 - ANÁLISE ECONÔMICA DO PERÍODO 93 – 2002

O fator determinante deste período foi com certeza a criação e implantação do Plano Real, após inúmeras tentativas frustradas de estabilização deu-se a criação do plano econômico de maior sucesso no Brasil e que fez do ministro da economia o Presidente da República por dois mandatos consecutivos.

2.1 A CRIAÇÃO DO PLANO REAL

O plano foi uma medida política brasileira com o objetivo de estabilização da economia, criado em 27 de fevereiro de 1994. Sua principal ação foi à instituição da Unidade Real de Valor (URV), aonde se convertia o valor da mercadoria em URV's, usando assim, valores monetários, desindexando a economia, promovendo o lançamento da nova moeda, o Real, que se daria em 01 de junho de 1994

Sendo o plano mais amplo criado no Brasil, buscou o equilíbrio das contas públicas, a criação da URV, e o lançamento do padrão monetário de nome Real e seu objetivo principal era o de controle da hiper inflação, que no mês de seu lançamento obteve a marca de 46,58% (junho de 1994).

O Plano Real se constitui de dois fatores principais: o “Consenso de Washigton”, que estabelecia para a América Latina um modelo de estabilização e desenvolvimento, que deveria ser trilhado por suas sociedades e economias, em função das mudanças mundiais impulsionadas pelo: liberalismo, a reestruturação produtiva e a Globalização. (FILGUEIRAS – 2000)

O Plano Real representou para a economia uma trajetória de estabilização de preços, com o crescimento da economia e grandes avanços sociais. Após vários planos de

estabilização o Real veio de fato trazer a tão almejada estabilização dos preços, o controle da inflação que há 35 anos não se registravam taxas tão reduzidas de inflação.

Tabela 1

ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
INFLAÇÃO	1620,97%	472,70%	1119,10%	2447,15%	916,46%	22,41%	9,56%	5,22%	1,66%	8,94%

Fonte Banco Central

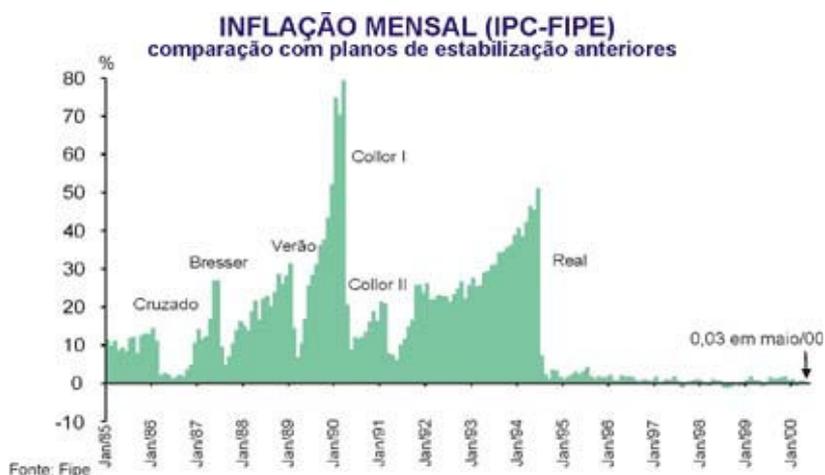
Tendo como objetivos a redução da inflação, a preservação do crescimento sustentado do produto ao longo do tempo, do investimento, do emprego e da produtividade média da economia, o plano de estabilização prometia no seu lançamento a mudança da vida dos brasileiros e a inclusão do Brasil no cenário mundial como protagonista das mudanças econômicas como a melhoria da renda e as melhorias sociais, que seriam consequências esperadas pelo governo como por toda a população.

2.2 A INFLAÇÃO

Após diversas tentativas de controle da inflação foi o Plano Real o que obteve a resposta que todos esperavam.

Aqui jaz a moeda que acumulou, de julho de 1965 a junho de 1994, uma inflação de 1,1 quatrilhão por cento. Sim, inflação de 16 dígitos, em três décadas. Ou precisamente, um IGP-DI de 1.142.332.741.811.850%. Dá para decorar? Perdemos a noção disso porque realizamos quatro reformas monetárias no período e em cada uma delas deletamos três dígitos da moeda nacional. Um descarte de 12 dígitos no período. Caso único no mundo, desde a hiperinflação alemã dos anos 1920. – (BETING – 1994)

Gráfico 1



A queda da inflação e a manutenção a níveis baixos foi o principal fator para reduzir a concentração da renda e possibilitar o crescimento, mesmo que modesto de 1% no PIB, conforme índices apurados pelo IBGE, entre os anos de 1994 a 1997, o PIB cresceu a uma taxa média de 3,8% ao ano.

2.3 O NOVO CENÁRIO

Com a inflação controlada, observa-se uma mudança no comportamento do emprego após 1994, termina-se este ano com a geração de 418 mil postos de trabalho, já em 2000, geram-se 864 mil empregos, gerando aí um novo período, em que ocorre geração de emprego com estabilidades de preços.

Segundo o IBGE na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), nas seis regiões metropolitanas (RJ, SP, SA, CE, BH e POA), o número de pessoas trabalhando em dezembro 1995 aumentou 0,3%, em relação a novembro último; 2,0%, relativamente a dezembro de 1994; e 6,3% desde a implantação do Plano Real, ou seja, em comparação com junho de 1994.

Com a queda da inflação, o capital tende a migrar para a produção e para se produzir faz-se necessário a implementação de fatores dentre esse fatores o de maior destaque é o emprego que se utiliza da mão-de-obra disponível. Desta forma por consequência a queda da inflação que era um dos alvos do Plano, geraria empregos.

Segue abaixo o relato do Professor Geraldo Biasoto explanando sobre 10 anos do Plano Real - Que o Brasil pós Plano Real é melhor que todo o período que se estendeu de 1980 a 1994 não cabem dúvidas. Mas precisamos ter muito claro o que significa ser melhor ou pior e qual é o alcance que um plano de estabilização deve ter em nosso julgamento sobre a economia. Em primeiro lugar, é necessário ter presente que a estabilização monetária que o Plano propiciou foi fantasticamente bem-sucedida. Em todas as experiências históricas, a transição do regime de inflação muito elevada para a estabilidade teve enormes custos em termos de emprego e mesmo fome da população. Não foi o caso do Plano Real, a URV serviu muito bem a seus objetivos de moeda de passagem entre o velho padrão monetário, carregado de expectativas inflacionárias, e o novo, livre da descrença do passado. É lógico que esta transição não teria sido possível sem que o contexto das contas externas brasileiras ganhasse uma estabilidade que há muito tempo havia sido perdida: a disponibilidade de capitais internacionais voltou a dar sustentação ao nosso Balanço de Pagamentos. Com isso, a pressão que, desde 1980, se colocava para a economia pela geração de excedentes exportáveis, foi eliminada, rompendo-se a enorme tensão que sempre estava presente sobre a paridade cambial da nossa moeda. Portanto, dois elementos explicam a estabilização: a) uma eficaz engenharia de passagem da moeda velha para a nova; e b) o retorno do acesso ao mercado de capitais internacionais, que permitiu que o câmbio passasse de elemento de tensão a verdadeira âncora do sistema de preços internos. Em segundo lugar, é fundamental ter em mente que achar que um plano de estabilização possa cumprir o papel de um projeto de desenvolvimento é uma enorme miopia. Ela é muito própria daqueles que acreditam que é só deixar que o livre jogo

das forças de mercado funcione para proporcionar o crescimento. A formulação de políticas setoriais, o redesenho do sistema de crédito, a política industrial, o financiamento da infraestrutura são aspectos que vão muito além de um plano de estabilização. Por isso tudo, o Plano Real deu as bases sobre as quais a economia e as pessoas passaram a ter condições de avaliar custos e remunerações, o que é indispensável para vida das pessoas e das empresas. Mas é necessário avaliá-lo pelo que ele foi: um plano de estabilização monetária.

3 A RENDA NO BRASIL

Este capítulo trata da distribuição de rendas, o Real com suas mudanças estruturais de longo período, liberações comerciais, controle da inflação, foram coletados dados teóricos de pesquisas realizadas pelos institutos: IBGE, IPEA e DIEESE

3.1 A Distribuição da Renda

A distribuição de rendas é um dos temas mais controversos do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista das políticas governamentais. A desigualdade faz parte da história do Brasil, desde sua formação e apesar de sermos um país de renda per capita média; figuramos como um país de maior concentração de renda do planeta.

O Brasil apresenta enorme desigualdade na distribuição de renda e com uma taxa imensa de níveis de pobreza. Não se trata da escassez dos recursos, mas sim da sua distribuição, que favorece a concentração e exclui parte significativa de sua sociedade a condições mínimas de dignidade e cidadania.

O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero é a desigualdade de renda de um país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Sendo inversamente proporcional, quanto mais próximo do 1 mais concentrada é a renda do país.

Tabela 2

ANO	1994	1996	1997	1998	1999	2001	2002
INDICE DE GINI	0,592	0,59	0,6	0,598	0,592	0,593	0,587

Fonte FGV - elaboração própria

O Plano Real reduziu a concentração de rendas. Segundo ROCHA – 2000 “ Entre 1993 e 1995 ocorreram mudanças importantes. O rendimento médio das pessoas apresentou

um ganho real expressivo, que se deu de maneira mais acentuada para os que recebiam rendimentos mais baixos. ...Embora tenha havido redução generalizada da pobreza, esta ocorreu com intensidade localmente diferenciada, a redução da proporção de pobres na metrópoles está diretamente relacionada à retomada do nível de atividade e aos impactos da estabilização sobre os rendimentos mais baixos, particularmente nas ocupações do setor terciário (comercio e serviços).”

O Plano Real no período estudado conseguiu, mesmo que aquém do que necessitava redistribuir a renda, conforme observamos na tabela abaixo:

Tabela 3:

Evolução Temporal da Indigência e da Pobreza no Brasil						
Ano	Indigência			Pobres		
	Percentual de indigentes	Hiato Médio da Renda	Número de indigentes(em Milhões)	Percentual de Pobres	Hiato Médio da Renda	Número de Pobres (em Milhões)
1993	19,5	8,5	27,8	41,7	19,8	59,4
1995	14,6	6	21,6	33,9	15,3	50,2
1996	15	6,6	22,4	33,5	15,6	50,1
1997	14,8	6,3	22,5	33,9	15,4	51,5
1998	14,1	6	21,7	32,8	14,7	50,3
1999	14,5	6,1	22,6	34,1	15,4	53,1

Fonte PNADs de 1993 a 1999

As linhas de pobreza utilizadas foram as da região metropolitana de São Paulo

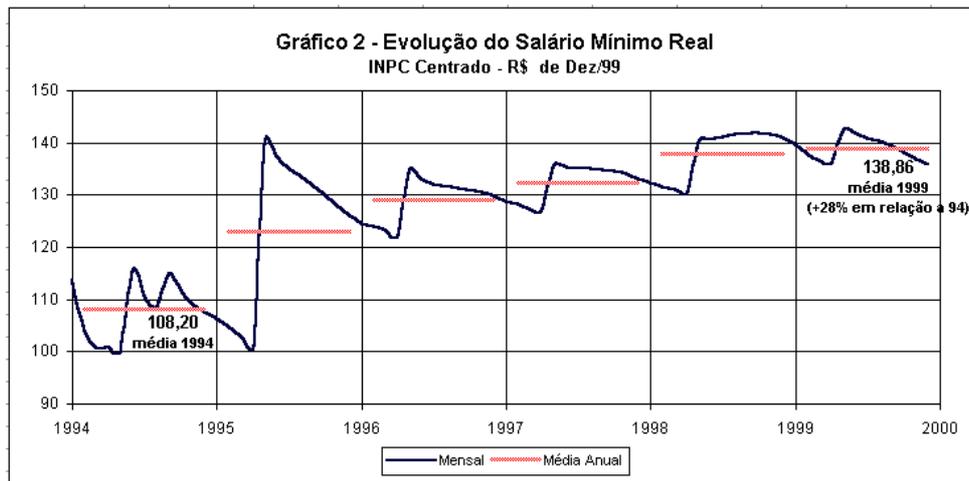
Elaboração: BARROS - 2001

3.2 Comportamento da Renda

Ao falarmos do comportamento da renda, devemos observar as duas perspectivas, que ao menos, podem ser adotadas para o tratamento da distribuição de renda. A distribuição individual da renda, que no Brasil é limitada à renda oriunda do trabalho e a que considera a distribuição funcional da renda, expressa na sua apropriação por agentes institucionais (governos, trabalho e capital).

Ao falar da renda oriunda do trabalho, tomaremos por medida o salário mínimo.

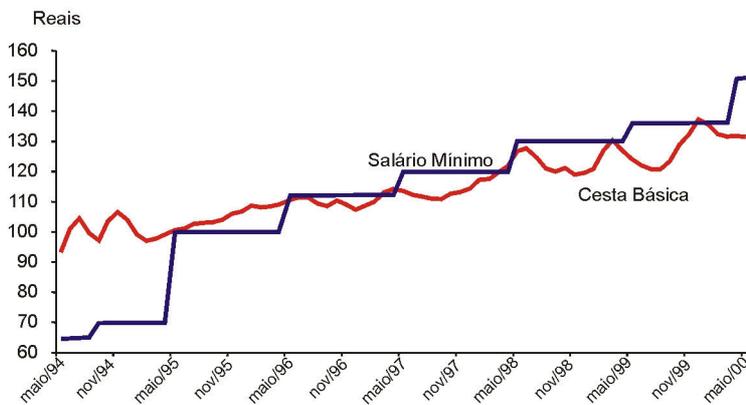
O comportamento do salário mínimo durante o período demonstra um ganho inicial ao lançamento do plano e um ganho médio pequeno acima da inflação.



Como o salário mínimo é vinculado à cesta básica, de forma a garantir ao trabalhador uma ingestão de calorias para sua manutenção, a variação do valor da mesma torna-se um balizador para o mesmo.

Gráfico 3

EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA E DO SALÁRIO MÍNIMO

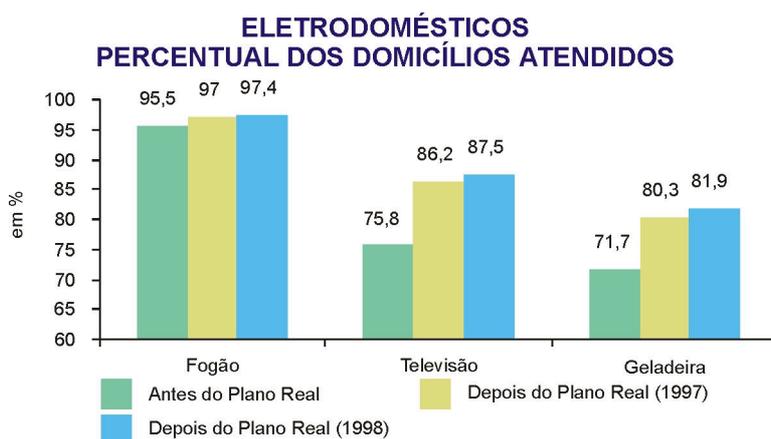


Fonte: PROCON/DIEESE
Autor: Ministério da Fazenda

Podemos observar que o Salário mínimo teve uma queda real de 5,4% em 1999, em função da alta do petróleo, reajuste das tarifas publicas e desvalorização cambial, entretanto, a estabilização dos preços foi fundamental para que o custo da cesta básica não aumentasse demasiadamente, enquanto que em 1994 comprava-se com o Salário mínimo apenas 0,69 da cesta básica, em 2000 comprava-se 1,15 da cesta, refletindo um aumento de 67%.

Desde a criação do Plano Real a condição de acesso a diversos produtos melhoraram significativamente, em decorrência do aumento do poder aquisitivo bem como da redução dos preços em termos reais.

Gráfico 4



Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração Ministério da Fazenda

Conforme gráfico acima, o consumo de eletrodoméstico teve um aumento após a implantação do Plano Real, o que demonstra um aquecimento na economia, somado a expansão do crédito.

Em países em desenvolvimento, com grande oferta de mão-de-obra e baixa demanda por trabalho, faz-se necessário a imposição estatal de um salário que regule a remuneração do trabalho da população. Este desequilíbrio existente no mercado de trabalho deteriora as condições de negociação do salário.

A grande discussão sobre o valor do salário consistem nos que acreditam que ele serve para aumentar o nível de vida dos trabalhadores reduzindo a pobreza e nos que falam que, se ele for auto o suficiente para ser eficaz, geraria desemprego, principalmente entre os trabalhadores de pouca especialização em relação aos mais especializados. Os maiores salários são determinados pela correlação de forças entre o capital e o trabalho, desde que o mesmo não venha inviabilizar a realização do lucro do capitalista.

Como o modelo de produção capitalista visa à maximização do lucro, a tendência natural dos salários é de ser sempre o menor possível. A relação entre capital e trabalho é sempre assimétrica, pois o trabalhador vende seu trabalho para garantir sua sobrevivência, ficando muita das vezes sujeito aos valores impostos pelo mercado, que é controlado pelo capital.

Marx dizia que o salário mínimo deveria corresponder àquele valor capaz de manter o trabalhador vivo, procriando, vivendo somente para reproduzir a força de trabalho deveria proteger o trabalhador contra a exploração do patrão (Karl Marx, apud GONÇALVES, 2011, p.1). Já a escola Keynesiana dizia que o salário mínimo estimularia a circulação de moedas, pois os gastos serviriam para alavanca o crescimento econômico (YAZBEK, 2009, pag. 6).

Os neoclássicos, dizem que o salário mínimo gera o desemprego estrutural, pois salários artificialmente inchados pelo Estado reduzem a demanda por mão-de-obra, reduzindo o emprego. Desta forma o Salário mínimo é considerado um mal. A fixação do salário mínimo pelo Estado não garante aos trabalhadores um valor mínimo para suprir suas necessidades básicas, assegurando sua dignidade humana. Contudo, tem evitado que a disparidade social no Brasil seja ainda maior. Além disso, é grande a repercussão do aumento do Salário Mínimo na economia. Mesmo que legalmente ele não seja um indexador, ele acaba exercendo este papel. O Estado com políticas regulatórias do mercado de trabalho permite que

os trabalhadores possam demandar produtos gerando um efeito contra-cíclico, beneficiando assim o sistema capitalista.

4 DESIGUALDADES

Neste Capítulo trataremos sobre o assunto que assola o País, trata-se das desigualdades.

4.1 Desigualdades Sociais

Sempre haverá em todas as sociedades livres as desigualdades: ricos, pobres, classe média, são resultados da escolha de cada um. É dever de o Estado promover a melhoria da qualidade de vida do seu povo.

Não adianta um país ter um alto crescimento econômico, se não houver distribuição das riquezas de forma justa, todo modelo concentrador distancia ainda mais os extremos dos extratos sociais.

Segundo o Dr. Leonardo Mello da USP, seria impossível não carregarmos a herança de desigualdades. “Um dos principais fatores determinantes no cenário econômico foi o de termos sido colônia, satélite do capitalismo comercial, sobre tudo o Inglês, mercado para produtos industrializados de países desenvolvidos e hoje somos mercado para capital especulativo da finança global”.

O controle da inflação, as medidas de políticas econômicas que vem sendo adotada, por implantação do Real, modifica o sistema de produção, refletindo diretamente no emprego e na renda. A pesquisa "Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real", mostra as duas marcadas mudanças de patamar nas séries de pobreza desde 1992, quando o novo questionário da PNAD foi estabelecido. Em primeiro lugar, no biênio 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passa de 35.3% para 28.8% da população brasileira. Em 2003, a miséria ainda atingia 28.2% da população quando inicia um novo período de queda, chegando a 22.7% em 2005 baseada na nova PNAD. – (FGV -2006)

4.2 A Pobreza

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (BARROS, 2000).

Tabela 4

Ano	Indigência			Pobreza		
	Percentual de indigentes	Hiato médio da renda	Número de indigentes (em milhões)	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhões)
1977	16,3	5,8	16,8	39,6	17,2	40,7
1978	20,7	9,7	22,0	42,6	21,0	45,2
1979	15,9	5,7	17,3	38,8	15,9	42,0
1981	18,8	7,2	22,0	43,1	19,5	50,5
1982	19,4	7,4	23,4	43,1	19,8	51,9
1983	25,0	9,8	30,7	51,9	24,8	62,7
1984	23,6	8,8	29,8	50,4	23,5	63,5
1985	19,2	7,1	25,1	43,5	19,7	56,9
1986	9,8	3,4	13,1	28,2	11,2	37,5
1987	18,5	7,2	25,1	40,8	18,7	55,4
1988	22,1	9,1	30,5	45,3	21,8	62,5
1989	20,7	8,5	29,3	42,9	20,6	60,5
1990	21,3	8,8	30,8	43,8	21,1	63,4
1992	19,3	8,5	27,1	40,8	19,7	57,3
1993	19,5	8,5	27,3	41,7	19,8	59,4
1995	14,6	6,9	21,6	33,9	15,3	50,2
1996	15,0	6,5	22,4	33,5	15,6	50,1
1997	14,8	6,3	22,5	33,9	15,4	51,5
1998	13,9	5,8	21,4	32,7	14,7	50,1

(*) As linhas de indigência e pobreza utilizadas foram as da Região Metropolitana de São Paulo.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

Elaboração: BARROS – 2000

Dados da PNADs demonstram que, em 1998, 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 33% em famílias com renda inferior à

linha de pobreza. Cerca de 21 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 50 milhões como pobres (BARROS – 2000).

Definir a política que irá delinear a pobreza e como combatê-la, se pode erradicar a pobreza com os recursos que temos, diante da grande problemática de enfrentarmos a pobreza numa realidade aonde a mesma impera para uma parte significativa da população, sabemos que os recursos são insuficientes para retirar todos das condições precárias em que se encontram, entretanto,

5 CONCLUSÃO

O Plano Real trouxe benefícios incontestáveis para nossa economia, a redução dos índices de inflação, a estabilidade econômica e a recuperação do poder de compra do salário mínimo com aumento real em sua criação.

Apesar de esforços para diminuir as desigualdades sociais e a concentração da renda, poucos avanços foram dados nesta direção, entretanto, o Real trouxe o equilíbrio fundamental para serem desenhados planos de transferências de renda e redução de desigualdades. Com um desafio imenso no campo Social e Educacional que assolam e excluem as populações mais carentes

No caso da redução da pobreza, o salário mínimo parece menor, na medida em que atinge relativamente pouco as pessoas das faixas mais pobres da população, pois a maior parte das pessoas que recebem o Salário mínimo não pode ser considerada pobre pelo padrão brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, P. R. - **A evolução do bem-estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960**, Sistema BNDES: Editado pelo Departamento de Relações Institucionais. Ed. BNDES, 1998.

BARROS, P. R., HENRIQUES, P, MENDONÇA, R.
A estabilidade inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil
Texto para discussão N° 800 – IPEA – 2001

BARROS, P. R., HENRIQUES, P, MENDONÇA, R.
Desigualdade e Pobreza no Brasil : Retrato de um Estabilidade Inaceitável
Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000

ROCHA, S
Renda e Pobreza: Os impactos do Plano Real
Texto para discussão N° 439 – IPEA – 1996

ROCHA, S
Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos no Brasil
Texto para discussão N° 721 – IPEA – 2000

DELGADO, G., CARDOSO JR., J. C. - **Condições de reprodução econômica e combate à pobreza.** In: DELGADO, G., CARDOSO JR., J. C. *A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.* Brasília: IPEA, 2000.

MELLO, P. R.; CORRÊA J, C. M. A. **Salário mínimo: evolução histórica, desigualdade e pobreza no Brasil**, UNIMEP (2008).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, disponível em www.ibge.gov.br

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, disponível em www.ipea.gov.br

NERI, M., GONZAGA, G., CAMARGO, J. M. **Efeitos informais do salário mínimo e pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 724).

SABOIA, J. **O salário mínimo e o seu potencial para melhoria da distribuição de renda.** In: Barros, R. P; Foguel, M. N; Ulysea, g. (2007).

FILQUEIRAS, L
História do Plano Real
Ferrari Editoras e Artes Gráficas –SP - 2006

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=99&id=671&option=com_content&task=view

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADA – IPEA

Comunicado do IPEA – Texto 47, disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100505_comunicadoipea47.pdf

LEVY, CLAYTON - Biasoto e Cano avaliam 10 anos de Plano Real
Jornal da UNICAMP – Ed 259 de 19 de julho de 2004

Ministério da Fazenda: <http://www.fazenda.gov.br/>